



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Estudos Técnicos - ETP Nº 41/2025 - TRE/PRESI/DG/SAOF/COAAD/SEAPT/ASSEAPT

APÊNDICE V

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES E MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS

CONTEXTUALIZAÇÃO

É de conhecimento comum que o Brasil vem atravessando um período nunca visto, em que pessoas e bens patrimoniais são alvos constantes de indivíduos que não respeitam o modo civilizado de ascensão financeira e de ver seus supostos direitos atendidos, apelando para ações delituosas de toda espécie, especialmente o furto/roubo. Não faz muito tempo que o PAB da Caixa Econômica Federal instalado no térreo de um dos Anexos deste Tribunal fora atacado, inclusive com uso de explosivos que causou um grande dano as estruturas civis e aos mobiliários existentes no local.

Com o fito de melhorar a situação vigente à época do sobredito ataque e expandir as ações de vigilância eletrônica foi contratado e instalado um posto de operador de CFTV no período noturno. Contudo, embora tal medida seja eficiente, carece, é claro, do fato de que todas as câmeras de vigilância e demais dispositivos estejam em funcionamento, daí a necessidade desta contratação a seguir demonstrada.

Como dito, está disponibilizado diversos sistemas de segurança que carecem de serviços para a manutenção preventiva e corretiva que se encontram instalados em diversos prédios do TRE-PI espalhados por todo o Estado, pois, assim ocorrendo, pode-se aumentar a eficiência, prolongar a vida útil, prevenir danos e garantir a segurança e, especialmente, uma vigilância mais eficaz.

Em suma, os presentes estudos visam assegurar ou não a necessidade de contratarmos empresa para manutenção dos sistemas já instalados em diversos imóveis desta Justiça Eleitoral, sua expansão, caso necessário, se a Administração Superior anuir com a contratação de tais serviços.

1. Descrição da Necessidade da Contratação

DESCRIÇÃO
Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva, com fornecimento de equipamentos, instalação, configuração de componentes e insumos, sob demanda de todo os sistemas físicos e eletroeletrônicos de segurança em diversas unidades desta Justiça Eleitoral do Piauí.
Esta contratação se justifica pelo fato de o TRE não dispor de equipamentos e servidores especialistas em manutenção de sistemas de segurança eletrônica, assim a contratação deverá ser feita por execução indireta.
Além do fato de que é dever desta Administração promover com qualidade de suas atividades finalísticas, garantindo a segurança de todas as pessoas que adentrem nos imóveis de sua posse e, ainda zelar pela integridade do seu patrimônio.
Faz-se, também, necessária a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de manutenção dos sistemas de segurança aqui implantados, com dedicação exclusiva de mão de obra, pois sob a guarda desta Especializada há inúmeros equipamentos sensíveis, dados, mobiliárias, dentre outros que a contratação por chamada não atenderia a contento as demandas visto a vastidão do território piauiense.
A contratação desses serviços tem por finalidade proteger diuturnamente os usuários internos e externos, bem como o patrimônio público, apoiando os demais serviços de segurança, por meio de monitoramento da movimentação de pessoas, veículos e cargas, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações aplicáveis.
A contratação que se pretende realizar possui caráter continuado, pois a sua interrupção pode comprometer o desenvolvimento das atividades exercidas no âmbito desta Justiça, estendendo-se, assim por mais de um exercício financeiro. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, a contar da data prevista na Ordem de Instalação do Posto de Serviço, podendo ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021, desde que atendidas as exigências que forem contratualmente estabelecidas.
Ressaltamos que, os serviços de vigilância eletrônica por monitoramento remoto possibilitam, além do acompanhamento em tempo real de pessoas que se deslocam no interior dos edifícios e das áreas abertas das Unidades desta Especializadas, também a gravação e a reprodução de imagens que podem auxiliar na elucidação de eventos ocorridos, para tanto sua manutenção de tal sistema deve ser garantida.
Como se sabe, um sistema de vigilância eletrônica por monitoramento, bem como os demais aumentam sensivelmente a segurança de todos os locais monitorados, permitindo o reconhecimento de práticas não autorizadas e registrando os fatos da forma como aconteceram, sem haver nem mesmo a necessidade de testemunhas. Hoje, os vídeos de uma gravação servem como provas administrativas e criminais contra os infratores, tendo um papel fundamental para as políticas e estratégias de segurança, seja para serem mostrados, servindo como um fator psicológico para dissuadir ações danosas à segurança e ao patrimônio público, ou seja, como material para identificar e provar a acusação diante de um ilícito cometido.
É possível constatar que, onde não existe um sistema de vigilância eletrônica por monitoramento remoto, cerca elétrica e de controle de acesso, as práticas ilícitas são mais frequentes. A simples presença de uma câmera e outros dispositivos inibe essas ações e os infratores já estão mais atentos a essas condições, evitando locais monitorados. Verifica-se que as pessoas que frequentam ou que trabalham em locais onde existem sistemas de segurança eletronicamente ou física percebem que o ambiente se mostra mais agradável e seguro. Esse é um fator que os especialistas em segurança classificam como fator psicológico de dissuasão, evitando as práticas não autorizadas a partir do momento de sua instalação.

Em particular, os serviços de vigilância eletrônica por monitoramento remoto, além de permitirem a segurança, reduz a necessidade de serviço por parte de vigilantes, favorecendo um trabalho de pronta resposta, contribuindo para uma rápida tomada de decisão em casos de emergência e com uma relação custo-benefício bem menor se comparado com o emprego de serviço de vigilância, já que possui um custo de manutenção relativamente baixo.

A contratação também se justifica pela necessidade de fortalecer o sistema de segurança nas áreas consideradas estratégicas do TRE-PI, como p. ex. o Data Center e Depósito de Urnas eletrônicas, dotando-as de capacidade de impedir, senão inibir, qualquer ação indesejada.

Contudo, para que o monitoramento funcione a contento, faz-se necessário, também, que os sistemas de cabeamento estruturado e infraestrutura de rede estejam em perfeito funcionamento.

Outro sistema que compõe a estrutura de segurança eletroeletrônica deste Regional é os sistemas de alarmes que detectam violação de perímetro das diversas unidades administrativas, não doutro modo os sistemas de cercas elétricas são uma barreira física e elétrica de perímetros dos imóveis desta Justiça que todos se completam com sistemas de acesso automatizado instalados na Sede deste Regional e Fórum de Teresina.

Como se vê, há diversos sistemas que são utilizados de forma combinada e autônoma, contudo todos carecem de manutenções a fim de que entreguem aquilo para que foram concebidos.

Assim, nesta contratação serão prestados os serviços de manutenção preventiva e corretiva que se encontram detalhas no Apêndice I (ESPECIFICIDADES E ATRIBUIÇÕES DO POSTO DE SERVIÇOS).

Ademais, a conservação dos equipamentos públicos constitui obrigação permanente que no caso em questão recai sobre a SAOF e demais a ela subordinada, daí a necessidade de se ter uma empresa especializada na prestação deste tipo de serviço, pois se responsabiliza pelo funcionamento adequado dos diversos equipamentos e por possíveis danos a que estes vierem causar.

A manutenção contínua dessas infraestruturas não é apenas uma medida para garantir a estabilidade dos sistemas existentes, mas também um requisito fundamental para assegurar a integridade, segurança e disponibilidade de todos os serviços críticos que dela dependem. A negligência, mesmo que breve, na manutenção dos sistemas de segurança, pode acarretar riscos imediatos à continuidade das operações institucionais e, por extensão, ao bem-estar da população atendida.

Porém, independentemente dessas circunstâncias, procedimentos regulares e programados de manutenção são essenciais para a mais perfeita conservação e eficácia dos equipamentos. Evitam também o surgimento de problemas inesperados e as consequentes quebras, permitindo previsã segura de gastos periódicos.

Assim, espera-se que sejam mantidos em perfeito funcionamento os equipamentos em comento que se encontram instalados garantindo que essas instalações se mantenham na mais perfeita segurança e permita a geração de imagens a tempo real para o operador de CFTV e, portanto, garantam a procedência e a qualidade dos materiais fornecidos e instalados, de modo a não colocar em risco a segurança dos diversos usuários, o que permitirá alcançar um critério de economicidade de recursos a serem utilizados na manutenção preventiva e corretiva, e um melhor aproveitamento dos recursos materiais, financeiros e também recursos humanos disponíveis à esta Especializada.

O exercício da atividade de prestar serviços de manutenção na Administração Pública, de forma geral, há muitas décadas vem sendo feito por empresas contratadas, visto a complexidade e especializações exigidas. Assim, com o correr do tempo passou a inexistir servidor nos quadros de pessoal com formação especializada em prestar serviços de manutenção, afora que haveria sempre a necessidade de aquisição de materiais e peças de reposição.

Nesse sentido, há de se destacar que os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018 constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, que podem ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado. Estes serviços também não envolvem a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; não são considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; não estão relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; nem são inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal. Destaca-se também que os serviços listados na pretensa contratação estão contemplados na Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, como atividades que devem ser preferencialmente terceirizadas.

Portanto, a pretensa contratação se justifica, em suma, pela indisponibilidade de mão de obra especializada no quadro de servidores desta Especializada para a execução de diversos serviços e em várias especialidades, que compõem o objeto desta licitação, conforme o Decreto nº 4.547 de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a extinção de cargos efetivos no Âmbito da Administração Pública Federal. Ainda, existe a falta de equipamentos e treinamento para a execução desses serviços.

Em penúltimo, a pretensa contratação embora não esteja contemplada no Plano Anual de Contratação; atende aos preceitos insertos na Resolução Nº 325 de 29/06/2020 do CNJ no tocante aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU; e atende os objetivos contido no Plano Estratégico do TRE-PI 2021-2026 (revisado) no tocante ao Objetivo Estratégico: Promover a Sustentabilidade, a Acessibilidade e a Inclusão.

Por último, a pretensa contratação se faz necessário pois dispomos instalados nos edifícios deste Regional, por Unidade Administrativa, os seguintes equipamentos:

- Câmeras digitais e analógicas;
- DVR'S, NVR's, HDD e SSD;
- Monitores, Rack's e baterias.

- Cercas elétrica e concertinas.
- Outros

Entendemos, após o demonstrado acima, segue a descrição dos serviços a serem contratados:

- Manutenção preventiva e corretiva, em sistemas de Circuito Fechado de TV (CFTV), os quais estão incluídos:
 - Instalação e configuração de Câmeras Analógicas, Digitais e IP;
 - Instalação e configuração de DVR's e NVR's
 - Substituição de peças, como fontes, HDD, SSD, monitores e demais itens que compõem os equipamentos do sistema CFTV;
 - Ajustes e reposicionamento de câmeras;
 - Instalação de cabos comuns e de fibra óptica;
 - Instalação e configuração de dispositivos de armazenamento de dados (HD, cartão de memória etc.);
 - Instalação de todos os tipos de conectores;
 - Instalação e configuração de todos os tipos de fontes;
 - Instalação de todos os tipos de conversores;
 - Levantamentos para instalação de novos itens aos Sistema;
 - Instalação de Rack's;
 - Instalação de todos os tipos de baterias;
 - Atualização de software.
- Cabeamento Estruturado e Infraestrutura de Rede:
 - Passagem e identificação de cabos UTP (Cat5e, Cat6), coaxiais e fibra óptica;
 - Montagem e organização de racks, patch panels, tomadas de rede, canaletas e dutos;
 - Testes de continuidade, pinagem e certificação dos pontos de rede;
 - Configuração de Equipamentos;
 - Suporte e Diagnóstico
- Sistema de Alarme Monitorado (Com e Sem Fio):
 - Instalação e Configuração;
 - Manutenção
- Sistema de Cerca Elétrica:
 - Montagem e Manutenção; e
 - Integração

2. Fundamentação da necessidade da contratação dos serviços

DESCRIÇÃO
<p>Fundamenta-se, legalmente, esta pretendida contratação nos dispositivos legais e infralegais, notadamente, os que seguem:</p> <ol style="list-style-type: none"> Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências Lei de Licitações e Contratos; Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Decreto nº 8.538/2015, de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal; Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências; Instrução Normativa nº 05/2017 - SG/MPDG, de 25 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional; Instrução Normativa nº 65/2021 - SEGES/ME, de 07 de julho de 2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional (atender §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021); Resolução nº 201/2015 - CNJ, de 03 de março de 2015 - Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável; e Acórdão nº 1099/2008 - TCU Plenário: Manifestou entendimento de que, havendo dependência entre os serviços que compõem o objeto licitado, a opção pelo não parcelamento mostra-se adequada, no mínimo do ponto de vista técnico. NBR 16264 é a norma técnica brasileira que estabelece os critérios técnicos e diretrizes para a implementação de Infraestruturas de cabeamento estruturado em ambientes residenciais Norma ABNT NBR 14565 estabelece os padrões e diretrizes para a instalação de sistemas de cabeamento estruturado em edifícios comerciais, garantindo a qualidade, desempenho e segurança das redes de comunicação. A NBR 16415 é a norma brasileira que estabelece os requisitos para a instalação adequada dos cabos. Norma ANSI/TIA-568 é um padrão técnico para cabeamento de edifícios comerciais em telecomunicações, estabelecendo requisitos para sistemas de cabeamento, incluindo tipos de cabos, conectores e componentes. ISO/IEC 14763 – Implementação e Operação de Cabeamento de Instalações do Cliente (Implementation and Operation of Customer Premises Cabling). ISO/IEC 18598 – Sistemas de Gerenciamento de Infraestrutura Automatizados – Requisitos, troca de dados e aplicações (Automated Infrastructure

- Management Systems – Requirements, data exchange and applications).
14. ISO/IEC 30129 – Redes de ligação de telecomunicações para edifícios e outras estruturas (Telecommunications bonding networks for buildings and other structures).
 15. ANSI/TIA-569 – Caminhos e Espaços de Telecomunicações (Telecommunications Pathways and Spaces).
 16. ANSI/TIA-606 – Norma de Administração para Infraestrutura de Telecomunicações (Administration Standard for Telecommunications Infrastructure).
 17. ANSI/TIA-607 – Ligação e Aterramento Genéricos de Telecomunicações para Instalações do Cliente (Generic Telecommunications Bonding and Grounding for Customer Premises).
 18. ANSI/TIA-942 – Norma de Infraestrutura de Telecomunicações para Data Centers (Telecommunications Infrastructure Standard for Data Centers).
 19. ANSI/TIA-1152 – Requisitos para Instrumentos de Teste de Campo e Medidas para Cabeamento de Par Trançado Balanceado (Requirements for Field Test Instruments and Measurements for Balanced Twisted-Pair Cabling)

Fundamenta-se esta pretendida contratação pela necessidade técnica, notadamente, as infracitadas:

1. A contratação que ora se propõe visa atender à necessidade de manter os equipamentos que compõem os sistemas de segurança deste Regional em perfeitas condições de funcionamento. A manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos em referência, além de propiciar segurança faz com que haja um aumento da vida útil dos equipamentos, mitigação de processos corrosivos, redução de gastos com troca de peças, panes e quebras de equipamentos, além de evitar interrupções na geração/gravação/transmissão das imagens captadas, evita, também, interrupções no funcionamento nas barreiras físicas de segurança;
2. Como demonstrado no item 6, opta-se pela prestação contínua, pois a interrupção dos serviços neste caso incorreria no comprometimento da realização das atividades deste Tribunal e demais unidades administradas;
3. Evitar danos aos equipamentos que podem acarretar prejuízo ao Patrimônio Público;
4. Manter os sistemas em boas condições pode ajudar a garantir a segurança de pessoas usuárias dos espaços desta Justiça e do patrimônio público.
5. Observar à importância apontada pelos manuais de Engenharia de Manutenção, no que se refere à necessidade de ater quanto à manutenção, tanto no que concerne ao perfeito funcionamento dos sistemas, como na preservação do valor patrimonial dos equipamentos.

Fundamenta-se, administrativamente, esta pretendida contratação pelo que segue:

1. Como demonstrado no item 6, opta-se pela prestação contínua, pois a interrupção dos serviços neste caso incorreria no comprometimento dos equipamentos, o que levaria o TRE-PI a ser obrigado a dispor de recursos para aquisição de equipamentos, comprometendo seu orçamento com aquisições e instalações que, administrativamente, são possíveis de serem evitadas;
2. Pelo fato de que, as atividades objeto da contratação, não se encontram relacionadas com aquelas descritas no plano de cargos e carreira dos servidores deste Tribunal; e
3. Executar a programação orçamentária do corrente ano.

Fundamenta-se, financeiramente, esta pretendida contratação pelo que segue:

1. Pelo fato de os preços de quase a totalidade dos custos decorrem de pesquisas realizadas junto ao mercado nacional, pois realizamos pesquisa no http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp , compreendendo o período de 01.01.2024 até 19.04.2025, tendo encontrado apenas a contratação da FIOCRUZ/RJ proveitosa para o modelo que adotaremos, pois nelas as manutenções não se dão por chamada, tendo sua abrangência territorial para apenas o município do Rio de Janeiro, quanto as demais da prestação dos serviços, na sua quase totalidade, diz respeito apenas a uma única cidade, raramente se alcança três localidades. Portanto, adotar tal método entendemos que trará eficiência desejada, pois além de não aumentar o custo da contratação, visto que as distâncias de parte das nossas unidades cartorárias da Sede, elevaria os custos com mobilização/desmobilização e as respostas às demandas estaria comprometida.
2. Pelo fato de que, uma vez pactuada a contratação, os preços serão reajustados pela CCT/PI Asseio e Conservação, relativamente ao salário, auxílio alimentação e seguro de saúde, e pelo INPC para os demais custos, logo, em não adotando índices setoriais, como da construção civil - INCC-DI e o Índice Geral de Preços (IGP) que é voltado para o setor de serviços, teremos garantido ao longo de 5 (cinco) anos preços módicos que proporcionarão uma maior economia para esta Administração;
3. Pelo fato de que a futura contratada ter mais tempo para apropriação dos custos e com a garantia de contratação mais alongada, poderá, junto ao mercado financeiro, obter mais vantagem na pactuação com tais agentes o que proporcionará menores despesas dessa natureza para ela, ou seja, a vantagem financeira não beneficiará apenas ao TRE-PI.
4. Pelo fato de que, com a prestação de serviços por empresa especializada, desobriga esta Administração de adquirir, para esta contratação, ferramentas, insumos e equipamentos (inclusive EPI's).

Deste modo, ante as breves considerações expostas, impõe-se a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva das unidades geradoras de energia fotovoltaica na forma aqui delineada.

3. Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual

DESCRIÇÃO
A presente contratação não está prevista no plano anual de contratações de 2025, porém se faz necessária para se manter em funcionamento os sistemas de segurança desta Especializada. Além do que, os recursos para a contratação pretendida virão da desinstalação de um posto de serviços de agente administrativo e de um posto de serviços de operador gráfico, ambos do Contrato TRE-PI nº 63/2024

4. Requisitos da contratação

DESCRIÇÃO

Os projetos a serem executados atendem aos objetivos institucionais e estão embasados nas atribuições da SEAPT/ENARQ

A contratação decorre da solicitação inserida no evento SEI 0002388702, Memorando nº 04/SAOF, Processo SEI nº 0005074-13.2025.6.18.8000, em que diz que se objetiva a prestação dos serviços comuns de Manutenção Preventiva e Corretiva em sistema de CFTV e cerca elétrica..

Implantar um cronograma coordenado de projetos, planilhas, licitação e execução dos serviços visando atender a demanda da Instituição de forma programada e eficiente, conforme o planejamento da administração.

A contratação está alinhada também ao disposto na Resolução TRE-PI Nº 420/2021, no inciso III, do artigo 2º:

“III — Valores: transparência; comprometimento; inovação; ética; e valorização das pessoas”.

Alínea “f”, do inciso II, do artigo 3º da mencionada Resolução:

“II – Perspectiva de Processos Internos, que contempla seis objetivos estratégicos:

...

f) Promover a sustentabilidade e a acessibilidade.

E, ainda, nas alíneas “c” e “f”, do inciso III, do artigo 3º:

“III - Perspectiva de Gestão e Inovação. consubstanciada em seis objetivos estratégicos:

...

c) Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira;

...

f) Fortalecer e governança de TI e a Transformação Digital.

...”

As manutenções dos equipamentos se encontram delimitadas na documentação citada no item 2 deste Estudo Técnico Preliminar e, como se depreende, os serviços aqui descritos são comuns de Engenharia.

A definição dos serviços a serem executados, foram elaborados com base nos projetos já executados, nos quais se encontram as definições das câmeras, DVR's, NVRs, demais equipamentos e materiais aplicados e a serem substituídos, se for o caso, de acordo com as determinações das especificações técnicas apresentadas nos sistemas em funcionamento, a serem atendidas pela Contratada, os quais farão parte destes autos de contratação. Assim, a empresa responsável pela execução deverá possuir profissional técnico habilitado que se responsabilize pela execução dos serviços

Como requisitos necessários para o atendimento da demanda, o licitante deverá ser idôneo e especializado na prestação dos serviços de manutenção, estando de acordo com as seguintes condições:

1. Comprovar capacidade técnica do profissional e técnico-operacional da empresa contratada, bem como o regular registro no respectivo conselho de classe, de forma que deixe claro que a futura contratada terá condições técnicas e operacionais para executar os serviços.

2. A futura CONTRATADA deverá possuir registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CRT (Conselho Regional de Técnicos) competente da região a que estiver vinculada, que comprove atividade relacionada com o objeto licitado;

3. No caso de registro no CREA deverá possuir responsável técnico – Engenheiro Eletricista, conforme respectivo conselho vinculado – para acompanhar os serviços de forma a garantir a qualidade na execução e emitir a ART do serviço.

4. No caso de registro do CRT deverá possuir responsável técnico – Técnico em Eletrotécnica, conforme respectivo conselho vinculado e conforme a Resolução nº 123 de 14 de dezembro de 2020 – para acompanhar os serviços de forma a garantir a qualidade na execução e emitir a ART do serviço.

5. Tanto para o caso da empresa possuir Técnico profissional deverá ser reconhecido pelo Conselho pertinente (que deverá ser indicado como responsável técnico dos serviços), ser detentor de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado no Conselho a que se vincular da região onde os serviços foram executados, fazendo-se acompanhar, preferencialmente, da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por esse Conselho, que comprove ter o profissional, executado, para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante, serviços de características semelhantes a do objeto deste estudo. Ainda quanto ao profissional técnico, deverá ser comprovado o vínculo empregatício deste com a licitante;

6. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, indicar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução do contrato. A indicação do preposto deve ser oficializada em documento devidamente assinado por seu representante legal. Neste documento deverão ser informados os contatos do preposto tais como telefone, endereço eletrônico, número de contato de aplicativo de mensagens instantâneas e local para atender seus empregados, bem como a indicação dos poderes e deveres do preposto em relação à execução do objeto contratado.

7. O contrato terá duração inicial de 05 (cinco) anos, com possibilidade de prorrogação de vigência por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

8. Não há a necessidade de a CONTRATADA promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;
9. Para o correto cumprimento dos serviços de manutenção dos Sistemas de Segurança da Justiça Eleitoral, o licitante deverá atender integralmente aos requisitos previstos no Termo de Referência, bem como àqueles constantes no Edital da licitação;

Em relação à segurança do trabalho e qualidade na prestação dos serviços, caberá à contratada a implantação do conjunto de normas, ações e medidas preventivas destinadas a garantir a saúde e segurança dos trabalhadores, bem como também garantir a qualidade na prestação dos serviços. Deste modo, a empresa deve estabelecer requisitos mínimos envolvendo o planejamento, a organização e a execução dos serviços em conformidade com as seguintes normas:

a. Norma NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade

A Norma Regulamentadora NR 10 estabelece os requisitos e as medidas de controle para garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que interagem com instalações elétricas. No caso das empresas de energia fotovoltaica, essa norma é crucial, uma vez que os profissionais estão expostos a riscos elétricos durante a instalação, manutenção e operação dos sistemas solares. A NR 10 define os procedimentos de segurança, a qualificação necessária dos profissionais, as medidas de proteção coletiva e individual, e os equipamentos de proteção adequados.

- b. Norma ABNT NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão A ABNT NBR 5410 é uma norma que estabelece as condições mínimas necessárias para o projeto, a execução, a inspeção e a manutenção de instalações elétricas de baixa tensão. Ela se aplica aos sistemas elétricos utilizados em edificações residenciais, comerciais e industriais, incluindo as instalações fotovoltaicas. A norma aborda questões como a seleção de condutores, a proteção contra choques elétricos, a distribuição de circuitos e a proteção contra sobrecargas e curtos-circuitos. As empresas de energia fotovoltaica devem seguir essa norma para garantir a segurança das instalações elétricas, bem como a qualidade e a confiabilidade do sistema como um todo.

c. Norma NR 35 – Trabalho em Altura

Devido à natureza da instalação de painéis solares em telhados ou estruturas elevadas, o trabalho em altura é comum nas empresas de energia fotovoltaica. A Norma Regulamentadora NR 35 estabelece os requisitos mínimos de segurança para trabalhos em altura, como a utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs), a realização de treinamentos específicos, a adoção de medidas de proteção coletiva e a elaboração de uma análise de risco para cada atividade em altura. É essencial que as empresas sigam rigorosamente essa norma para prevenir acidentes e garantir a integridade dos trabalhadores.

A ausência de previsão de qualquer procedimento técnico neste estudo técnico não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para o trabalho, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas vigentes.

Além disso, como critérios e práticas de sustentabilidade, para o fornecimento do serviço objeto deste instrumento, a Contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os requisitos da contratação ainda abrangem o seguinte:

- a. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra residente;
- b. Cadastro no SICAF;
- c. Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- d. Certidão do Portal da Transparência;
- e. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST);
- f. Índices de Liquidez (LG e LI) superiores a 1 ou Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- g. Atestado de capacidade técnica na prestação de serviços de instalação ou manutenção de Sistemas de Segurança.
- h. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- i. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- j. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

k. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante disposto no item 10.10 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5/2017.

l. Após a homologação do certame, a empresa que se sagrar vencedora será convocada para assinar o contrato conforme previsão contida no TERMO DE REFERÊNCIA e em seus anexos.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação de serviço como requisito para celebração do contrato.

Deverão ser observados, com relação a sustentabilidade, os seguintes requisitos:

Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

·Treinamento e orientação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição; Disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos, peças e equipamentos após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), no que couber;

Preferência por materiais com maior índice de eficiência energética, sempre que houver viabilidade e desde que haja similares no mercado;

Utilização de materiais biodegradáveis, no que couber;

Seguir a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Realizar a Gestão de Resíduos em atendimento à Resolução CNJ 400/2021. O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos e sua destinação pelos órgãos em observância à legislação e às normas pertinentes;

·Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, providenciando a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação.

·Seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

·Especificar peças e componentes certificados pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente.

·Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos.

·À Portaria Presidência Nº 683/2021 TRE/PRESI/DG, de 18 de outubro de 2021, que instituiu o Plano de Logística Sustentável do TRE/PI para o período 2021/2026.

Para esta contratação pugnamos pela celebração do pacto por cinco anos, prorrogáveis até dez anos, por ser considerado simples e não requirei altíssimos investimentos e contraprestação em forma de pagamentos à empresa que vier a ser contratada, a contar da expedição da Ordem de Instalação de Posto de Serviço por parte da COAAD, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, respeitando-se o limite legal no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Conveniente a opção pela vigência de cinco anos, prorrogável até o limite de dez anos, na medida em que permite reduzir custos, ainda que intangíveis, e simplificar rotinas, entre outras, a saber: emissão de avisos de expiração de vigência; expedição de ofícios de consulta à Contratada sobre sua anuência para com a renovação; realização de pesquisas de preço que comprovem a vantajosidade da prorrogação; confecção, celebração e publicação de termos aditivos contratuais; elaboração de pareceres jurídicos, despachos e outras peças processuais.

Ademais, juridicamente admitida essa possibilidade - para além da própria discricionariedade inculcada no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, dispositivo afetado ao tema como se sabe - com supedâneo no Acórdão TCU nº 1214/2013, cujo voto condutor acenou para essa possibilidade ao atentar para questão econômica e reconhecer, tal e qual assim se aplica a este caso concreto, que quanto maior o prazo de vigência dos contratos de natureza continuada, evidentemente observado o limite legal de dez anos, maior será a segurança das empresas para ofertar melhores preços, tendo em vista a estabilidade que lhes é oferecida no negócio. Com efeito, tanto maior a vantajosidade para a Administração.

5. Estimativas das quantidades para contratação

DESCRIÇÃO

A estimativa das quantidades a serem contratadas estão acompanhadas das composições e dos documentos que lhe darão suporte, conforme Anexo I do Termo de Referência da contratação, como resumido abaixo:

PERÍODOS ==>	ANUAL - R\$	DA CONTRAÇÃO - R\$
	12 MESES	60 MESES
MÃO DE OBRA	91.352,40	456.762,00
INSUMOS	22.341,00	111.705,00
UNIFORMES	406,73	2.033,65
HORAS EXTRAS	5.000,00	25.000,00
PLANO DE SAÚDE	2.808,71	14.043,55
DIÁRIAS	16.515,60	82.578,00
PREÇO TOTAL - R\$ ==>	138.424,44	692.122,20

Os preços fixados estão compreendidos todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente, decorram do cumprimento pleno e integral do objeto deste contrato, tais como e sem se limitar a: frete, diárias de deslocamentos, alimentação, salários, honorários, Equipamentos de Proteção Individual – EPI, ferramentas, insumos, equipamentos de instalação de CFTV, encargos sociais, trabalhistas, securitários, previdenciários e acidentários, lucro, taxa de administração e tributos, constituindo, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços, de modo que nenhuma outra será devida.

6. Levantamento de mercado

DESCRIÇÃO

A prestação do serviço a ser contratado é atendida por um número razoável empresas do mercado, não existindo restrições de fornecedores para a prestação dos serviços.

Nas pesquisas que foram realizadas no Portal Nacional das Contratações Públicas identificamos que o procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço foi adotado em todas as contratações, divergindo apenas no fato da mão de obra da prestadora dos serviços ser residente ou não.

Destacamos os principais editais analisados: Pregão Eletrônico nº 90019/2024 FIOCRUZ; Pregão Eletrônico nº 90012/2024/UFBA; Pregão Eletrônico nº 90088/2024 – TRF 2ª Região; Pregão Eletrônico nº 91015/2024 – IFE/SP-Piracicaba e Pregão Eletrônico nº 90017/2024 SRF/ 1ª Região, dentre outros na esfera municipal. Contudo, nenhuma licitação retro tem sua execução numa área territorial maior que 30 km da Sede do órgão contratante.

Essa modalidade permite ainda uma maior transparência em relação aos gastos da Administração Pública, devido ao registro dos documentos e acesso à essa documentação online.

Assim, tomado por base comparativa as alternativas que seguem abaixo:

ALTERNATIVA 1: Mão de obra não residente

Pregão Eletrônico - 90012/2024/UFBA.

Avaliação da Alternativa 1: A utilização de mão de obra não residente para os serviços de manutenção tem sido opção da maior parte dos órgãos públicos pesquisados, pois se evita manter profissionais ociosos, e não só nesse tipo de prestação de serviços, especialmente, quando se tem apenas um tipo de sistema a ser mantido, no caso, o CFTV, pois nos casos analisados as despesas de mobilização sequer são destacadas visto que os serviços são prestados na mesma metropolitana da Sede dos Órgãos. Ainda tem o fato de que apenas uma das licitações, os serviços são prestados em três locais nas demais, inclusive com mão de obra residente, em apenas um local o que implica em economia com deslocamento. Além do fato de que nos municípios Sede dos contratantes há uma rede maior de prestadores desses serviços.

O art. 1º do Decreto 10.024/2019 estabelece que os serviços comuns de engenharia podem ser licitados através de Pregão Eletrônico. Esta tese é reforçada pela Súmula 257 do TCU.

A título de exemplo o valor licitado pela SRF/ 1ª Região em fevereiro/2025 foi de R\$ 264.500,00 para 20 meses de contratação e a nossa estimativa, para o mesmo tempo, é de R\$ 138.424,44, enquanto a nossa contratação abrange todo o Estado do Piauí, enquanto o da SRF só o Distrito Federal e mais, temos 612 câmeras instaladas, enquanto a SRF/ 1ª Região tem 65.

ALTERNATIVA 2: Mão de obra residente

FIOCRUZ - Pregão Eletrônico – nº 90019/2024

Avaliação da Alternativa 2: Ao analisarmos o sobredito edital e seus anexos, vemos que a FIOCRUZ - RJ optou pela prestação dos serviços por intermédio de mão de obra residente tendo em vista que a prestação dos serviços se dá em três locais a menos de 35km da Sede daquela Fundação e apenas envolvem a manutenção apenas do CFTV que nos leva a crer, como é no nosso caso, termos equipamentos sensíveis, tais como urnas eletrônicas e data center, que alguma vulnerabilidade, mesmo que de curto prazo, pode comprometer a confiabilidade que a sociedade tem na Justiça Eleitoral, pois com a mão de obra residente fica dispensável a abertura de chamado que leva horas para as primeiras medidas serem tomadas, pois numa contratação por chamada há que se dá tempo para a contratada de se organizar visando o deslocamento de seu pessoal.

A solução considerada mais adequada, segundo a nossa avaliação, é a descrita na Alternativa 2.

A solução escolhida foi à alternativa 02, por atender ao solicitado pela administração, que busca obter as condições necessárias para manutenção dos sistemas de segurança das unidades administrativas do TRE-PI, possibilitando economia na mão de obra e mobilização/desmobilização de equipe de trabalho, nos custos com os equipamentos, por termos no horário de funcionamento desta Justiça profissional capacitado para atender as demandas acumuladas, bem como as inesperadas.

A alternativa 02 apresenta a maior viabilidade técnica e a melhor adequação às demandas institucionais considerando que a unidade responsável pela manutenção dos equipamentos, juntamente com o Gabinete da Polícia Judicial e Inteligência terão maior liberdade de alterar os roteiros de manutenção para atender caso novos, especialmente se se trata de manutenção corretiva, e eventualmente corretiva que precisa ser solucionada em curto espaço de tempo para que não haja prejuízos aos fins institucionais do TRE-PI.

Ressalta-se, ainda, que a solução escolhida se molda as cobranças atuais dos serviços, permitindo o alinhamento entre as necessidades da organização e a qualidade dos serviços que estão sendo prestados.

7. Estimativa do Valor da Contratação

DESCRIÇÃO

Valor: R\$ 692.122,20 (seiscentos e noventa e dois mil, cento e vinte e dois reais e vinte centavos) para sessenta meses de contratação.

Para definição do orçamento de referência foram observadas as pesquisas de mercados, pois nos termos do artigo 3º, do Decreto 7.893/2013, os serviços em comento não são considerados como de construção civil.

8. Descrição da Solução

DESCRIÇÃO
<p>A solução do presente problema não pode ser outra que não a contratação de terceiro especializado na execução indireta do escopo de serviços técnicos, por regime de execução por preço unitário, para execução dos serviços técnicos de manutenção de sistema de segurança.</p> <p>Os serviços executados e os componentes/materiais/peças e demais insumos empregados deverão obedecer a todos os normativos atinentes ao objeto deste ETP, existentes ou que venham a ser editados, mais especificamente no tocante às seguintes normas descritas no item 4 acima.</p> <p>As práticas de manutenção descritas neste ETP devem, ainda, ser aplicadas em conjunto com o disposto no Termo de Referência desta contratação.</p> <p>A manutenção corretiva consistirá, também, no fornecimento, por parte do Contratante, e instalação de quaisquer componentes necessários ao regular funcionamento dos sistemas de segurança. Todo e qualquer insumo ou equipamento, exceto os listados no Anexo II E necessário para instalação será de responsabilidade do atendimento do Contratante para colocar os sistemas de segurança em perfeito estado de funcionamento, mediante a substituição de peças defeituosas e/ou execução de regulagens e ajustes mecânicos que se façam necessários.</p> <p>Será de responsabilidade da CONTRATANTE o fornecimento de componente/peças/insumos novos.</p> <p>O descarte de materiais será de inteira responsabilidade da CONTRATADA e deverá levar em consideração critérios de sustentabilidade.</p> <p>Todos os materiais ou peças a serem empregados deverão ser novos e originais, comprovadamente de boa qualidade, não podendo ser recondicionados ou reaproveitados, e deverão estar de acordo com as especificações, além de estarem sujeitos à aprovação da gestão/fiscalização técnica do contrato.</p> <p>As peças/componentes deverão ser substituídas por outros novos, genuínas, com garantia e em conformidade com as especificações técnicas e recomendações do fabricante.</p> <p>Faz-se necessário a apresentação de relatório, após a realização da manutenção preventiva e sempre que houve manutenção corretiva, limitando-se ao objeto dela.</p>

9. Justificativa para o Parcelamento ou Não da Contratação

DESCRIÇÃO

Os serviços não serão ser divididos em itens, pois comprovam ser técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

DO PONTO DE VISTA TÉCNICO:

O objeto da contratação, não é passível do parcelamento, pois será prestado por 01 (um) profissional que executará tanto a manutenção preventiva como corretiva.

Ressalta-se que, os serviços têm inter-relacionamento físico das unidades administrativa, a não realização ou atraso na execução em determinada unidade poderá implicar em atraso na execução nas demais, contudo se houver aumento no custo, será irrisório, pois incidirá apenas nas diárias.

DO PONTO ADMINISTRATIVO:

O número de contrato resultantes dos serviços em comento será de apenas um, que não demandará atenção a um número alto de prestadores de serviços.

DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO:

Impossível, pois a contratação se destina à contratação de um único posto de serviços com profissional apto a realizar os diferentes tipos de manutenções exigidas.

CONCLUSÃO:

O parcelamento, no presente caso, não se torna técnico e economicamente viável e vantajoso pelo custo, tempo e condições técnicas requeridas para execução do serviço.

Diante do objeto contratado e por ser apenas um posto de serviço, trata-se de serviço único e indivisível, não permitindo sua execução por intermédio de várias empresas.

10. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

DESCRIÇÃO

Contribuir para execução orçamentária de 2025; com execução orçamentária; com as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços aqui estudados, devendo observar à Portaria Presidência Nº 683/2021 TRE/PRESI/DG, de 18 de outubro de 2021, SEI 1358759, que instituiu o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (PLS/TRE-PI) para o ciclo 2021-2026, SEI 1358737.

O serviço de manutenção dos equipamentos objeto da pretendida contratação, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades meios e finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção comprometa a prestação de um serviço público e o cumprimento da missão institucional.

Com esta contratação, a Administração pretende aumentar a vida útil dos sistemas de segurança, mantê-los em pleno funcionamento, o que proporcionará o melhor aproveitamento desses equipamentos de modo a garantir um fornecimento constante de imagens a central de monitoramento, manter os objetivos no tocante à economia por se evitar danos aos equipamentos desta Justiça, e por conseguinte, permitir, portanto, até a expansão da instalação dos equipamentos de segurança dentro dos ditames do PLS/TRE-PI.

Os resultados esperados pela contratação dos serviços objeto deste estudo é a melhoria do bem-estar do público interno e externo que frequenta as dependências do Edifício Sede do TRE-PI, oferecendo condições para um melhor desempenho de suas atividades laborais, pois com o funcionamento adequado dos sistemas de segurança traz tranquilidade aos que frequentam as dependências das diversas unidades desta Justiça. A equipe responsável pelo planejamento da contratação espera contratar empresas idôneas, do ramo de atividade do objeto e com capacidade técnica para executar os serviços, a fim de atender plenamente as demandas apresentadas, por valores justos e condizentes com os valores praticados no mercado, respeitando os princípios da administração pública.

Em termos de economicidade será adotada a manutenção preventiva da forma a ser definida pela SEAPT, ENARQ e GPJI e corretiva sempre que necessário.

Benefícios da manutenção de CFTV:

- Maior segurança:
- Garante o bom funcionamento dos equipamentos, evitando falhas que possam comprometer a segurança.
- Maior vida útil dos equipamentos:
- A manutenção preventiva ajuda a evitar o desgaste e a prolongar a vida útil dos equipamentos.
- Menos custos:
- Reduz a necessidade de reparos urgentes e a troca de equipamentos, economizando recursos.
- Melhor desempenho:
- Garante que os equipamentos estejam funcionando corretamente e que as imagens estejam com boa qualidade.
- Tornar mais eficiente o tráfego de dados entre as unidades administrativas e a central de monitoramento;
- Em resumo: Os estudos técnicos de manutenção de CFTV são fundamentais para garantir a segurança e o bom funcionamento dos sistemas de vigilância, otimizar recursos e custos, e prolongar a vida útil dos equipamentos.

Benefícios da manutenção do cabeamento estruturado e estrutura de redes:

Garantia de Qualidade:

A instalação e manutenção adequadas do cabeamento estruturado garantem a qualidade da transmissão de dados, evitando problemas como interrupções e perda de desempenho.

Confiabilidade da Rede:

Uma infraestrutura de rede bem projetada e mantida é mais confiável e estável, garantindo a continuidade dos serviços de comunicação.

Eficiência e Produtividade:

Uma rede bem-organizada e documentada facilita o gerenciamento e a manutenção, aumentando a eficiência e a produtividade dos profissionais de TI.

Redução de Custos:

A manutenção preventiva e corretiva do cabeamento estruturado pode reduzir os custos com reparos e interrupções, além de evitar a necessidade de substituir cabos e equipamentos com defeito.

Expansibilidade:

Um cabeamento estruturado bem projetado pode ser facilmente adaptado para suportar novas tecnologias e necessidades futura

Benefícios da manutenção dos alarmes monitorados:

Garante a segurança:

Um estudo técnico bem-feito garante que o sistema de alarme esteja funcionando corretamente e pronto para proteger o patrimônio.

Reduz custos:

A manutenção preventiva evita problemas maiores e reduz os custos de reparos e substituições.

Aumenta a eficiência:

A manutenção otimizada garante que o sistema de alarme esteja sempre funcionando no seu melhor desempenho.

Benefícios da manutenção cercas elétricas:

Reduz custos: Manutenção preventiva evita gastos com reparos emergenciais.

Aumenta a vida útil dos equipamentos: Cuidados adequados prolongam a vida útil dos componentes.

Melhora a segurança: Manutenção regular garante a segurança dos sistemas de acesso.

Aumenta a produtividade: Sistemas funcionando corretamente minimizam interrupções.

Segurança: Manutenção adequada garante a segurança do sistema de controle de acesso.

11. Providências a Serem Adotadas pela Administração

DESCRIÇÃO
<p>Conforme IN 05/2017:</p> <p>3. São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:</p> <p>[...]</p> <p>3.10. Providências para a adequação do ambiente do órgão:</p> <p>a. Elaborar cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nas diversas unidades administrativas;</p> <p>b. Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado;</p> <p>c. Juntar o cronograma ao processo e incluir, no Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo.</p> <p>A Administração deverá tomar as seguintes providências previamente ao contrato:</p> <p>Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;</p> <p>Acompanhamento rigoroso das ações previstas na descrição dos serviços apresentada para a realização manutenção no objeto a ser contratado.</p> <p>O TRE-PI dispõe de equipe de engenharia formada pelos servidores da instituição que estão aptos a realizar toda a etapa de gestão e medição do objeto a ser licitado. Para a fiscalização dos serviços conforme determina a IN 05/2017 e demais normativos legais, deverá ser providenciada capacitação continuada dos servidores envolvidos para atuarem na contratação e fiscalização do futuro contrato.</p>

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

DESCRIÇÃO
<p>Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal.</p> <p>Contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas combinadas ao objeto principal para sua completa prestação.</p> <p>Não se verifica a necessidade de contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.</p>

13. Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras

DESCRIÇÃO

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que a CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLT/MPOG n.º 01, de 19/01/2010, assim como exercer práticas de sustentabilidade previstas no Termo de Referência e na Resolução TRE/PI Nº 435/2021.

A Contratada deverá adotar, ainda as disposições da Resolução Conama nº 362, de 23 de junho de 2005 Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos e respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

Não há expectativas de impactos ambientais negativos causados pelo serviço, por se tratar de manutenção de sistemas fotovoltaico já existente. Os serviços almejados pela administração são não passíveis de licenças ambientais pelos seguintes motivos:

A execução do serviço pode vir a gerar resíduos de construção, além da poluição sonora devido a utilização de maquinários e equipamentos. De forma a mitigar os impactos ambientais, recomenda-se o uso de materiais reutilizáveis, sempre que possível, e fazer o uso de máquinas e equipamentos revisados minimizando assim, os ruídos gerados durante as atividades.

A CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado dos materiais utilizados durante a prestação do objeto da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens.

Deverá ainda proceder com a utilização racional de recursos naturais, como água, energia e agregados miúdos e graúdos. Utilizar sempre que possível inovações que reduzam o impacto ambiental e aumente a vida útil e menor manutenção do bem.

14. Posicionamento Conclusivo

DESCRIÇÃO
Esta equipe de planejamento declara a contratação pretendida, com base no relatado neste Estudo Técnico:
Preliminarmente, viável tecnicamente sem restrições de natureza orçamentária (conforme item 3 acima) e, especialmente, para se evitar a perda constante do monitoramento e possibilidade de invasão de unidades administrativas, especialmente, os depósitos de material e equipamentos.
Declara, ainda, que a realização da manutenção dos sistemas de segurança desta Justiça Eleitoral é indispensável e recompensadora, pois:
a. Otimiza a eficiência do sistema, tendo em vista que os equipamentos em bom funcionamento garantem a entrega das imagens em ótima resolução e proteção física contra tentativas de invasão;
b. Maximiza ganhos financeiros, tendo em vista que manter cada sistema em ordem não requererá menos troca de equipamentos e outras ações correlatas.
c. Preserva a longa vida útil dos equipamentos.
d. Evita defeitos e perda de garantia, tendo em vista que a manutenção preventiva dos sistemas, não gera desídia por parte desta Administração.
A Equipe de Planejamento identificada abaixo chegou à conclusão acima em razão do(s) seguinte(s) motivo(s):
O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Resolução TRE-PI nº 427/2021, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracteriza a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a aquisição proposta.

15. Estudo de Contratações Anteriores

DESCRIÇÃO			
Não há registro de contratações anteriores para o objeto pretendido neste Tribunal e ainda, visto que não identificamos contratações de outros órgãos públicos que tenham o perfil igual, no todo, ao necessário para esta Justiça, e a que mais se assemelha é o da contratação do FIOCRUZ – Contrato nº 8/2025, contudo o valor da mão de obra mensal unitário de um posto de serviços de técnico de R\$ 10.249,99, enquanto o proposto por esta unidade é R\$ 7.612,70 ainda com mais atribuições.			
Somente deverão ser preenchidas as células em amarelo. O restante da planilha se encontra bloqueada para que não haja alteração das fórmulas, em respeito ao princípio da isonomia entre os participantes, respeitadas as peculiaridades e arbítrio de cada empresa.			
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
	Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
	Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:
			Horário:

Local da Prestação dos Serviços:		Execução contratual:		Vigência Máxima:
	COGIC/FIOCRUZ	12 meses		60 MESES
	Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
	Técnico com CFT			
Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra				
Tipo de Jornada de Trabalho:		Jornada Mensal de Trabalho:		Turno:
	44 hs (Segunda a Sexta)		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
	Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)		9109	
	0		C.B.O Nº (M.T.E):	
	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		3133	
	3133		Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
	Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		00/01/1900	
Salário Mínimo Vigente:			Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
	R\$ 1.518,00		R\$ 3.210,61	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)	
A	Salário Base	-	R\$ 3.210,61	
B	Adicional Periculosidade	0%	R\$ -	
C	Adicional Insalubridade	40%	R\$ 607,20	
D	Adicional Noturno	0%	R\$ -	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ -	
F	Outros (especificar)	0%	R\$ -	
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ 3.817,81	
MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)	
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ 318,15	
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 424,20	
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	7,15%	R\$ 273,09	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			R\$ 1.015,44	
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)	
A	INSS	20,00%	R\$ 763,56	
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 95,45	
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	2,99%	R\$ 114,03	
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 57,27	
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 38,18	
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 22,91	
G	INCRA	0,20%	R\$ 7,64	
H	FGTS	8,00%	R\$ 305,42	
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,79%	R\$ 1.404,45	
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)	
A	Transporte	R\$ 4,70	R\$ 220,96	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 27,00	R\$ 504,90	
C	Benefício Social Familiar	R\$ -	R\$ -	
D	Café	R\$ 4,00	R\$ 88,00	
E	Seguro de Vida	R\$ 5,38	R\$ 5,38	
F	Valor Unitário de Vale Refeição Mensal	R\$ 400,00	R\$ 33,33	
G	Valor Unitário de Vale Refeição Férias (1/12 mês)	R\$ 300,00	R\$ 25,00	
H	Valor Unitário de Gratificação Natalina (1/12 mês)	R\$ 200,00	R\$ 160,00	
I	CESTA BÁSICA OU AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 84,79	R\$ 72,07	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ 1.109,65	
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)	
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 1.015,44		
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 1.404,45		
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1.109,65		
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$ 3.529,54	
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO				

3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 15,91
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 1,27
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,38%	R\$ 14,59
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 74,07
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 27,25
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	3,44%	R\$ 131,33
TOTAL DO MÓDULO 3		6,93%	R\$ 264,42
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 35,35
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 10,61
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,80
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 1,24
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 1,24
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		1,29%	R\$ 49,23
Submódulo 4.2 - Intra jornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ -
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ 49,23
4.2	Substituto na Intra jornada		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ 49,23
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Materiais Consumo		R\$ 108,47
B	Ferramentas e Equipamentos Individual		R\$ 18,00
C	Ferramenta Uso Geral		R\$ 39,50
D	Veículos		R\$ 65,30
E	Uniforme, EPI e EPC		R\$ 172,07
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$ 403,34
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	5,63%	R\$ 454,02
B	Lucro	8,50%	R\$ 724,06
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,86%	R\$ 88,15
C.2	COFINS	3,97%	R\$ 406,92
C.3	ISS	5,00%	R\$ 512,50
C.4	Outros (CPRB)	0,00%	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ 2.185,66
a)	Tributos % = To =	9,83%	
	100		
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =		R\$ 9.242,42
c)	Po / (1 - To) = P1 =		R\$ 10.249,99
	Valor dos Tributos = P1 - Po		R\$ 1.007,57
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ 3.817,81
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS		R\$ 3.529,54
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ 264,42
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ 49,23
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		R\$ 403,34
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 8.064,33

F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 2.185,66
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 10.249,99
	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	14
CUSTO TOTAL MENSAL		R\$ 143.499,88

16. Análise de Riscos

DESCRIÇÃO
Os riscos da contratação foram inseridos em Mapa de Análise de Riscos específico para tais fins, seguem anexo a estes Estudo Técnicos.

Teresina, maio de 2025.

ANEXO I MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS

Entende-se por ação preventiva, ações a serem tomadas, com base no desenho do mapa de riscos, de forma a prevenir a ocorrência dos riscos. Ações de contingência, no entanto, são ações a serem tomadas na ocasião dos danos começarem a ocorrer com a materialização dos riscos previstos.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de serviços de apoio administrativo visando à alocação de 29 (vinte e nove) categoria.

FASE DE ANÁLISE

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

RISCO 01

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
1.	Ausência da formalização da demanda ou documento incompleto, gerando uma possível contratação que não atende aos objetivos iniciais	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Área requisitante deve iniciar o processo por meio do preenchimento do "Documento de Oficialização da Demanda (DOD)", conforme modelo próprio disponibilizado.	COAAD
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Equipe de planejamento da contratação devolve o processo à área requisitante para elaborar ou complementar o DOD, quando necessário. Somente após isso inicia o planejamento da contratação.	SEPAT/ENARQ

RISCO 02

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto

Id	DANO	
2.	Ausência de estudos técnicos preliminares trazendo prejuízos para a Administração em virtude da possibilidade de desperdício de rec impossibilidade de contratação ou especificações indevidas.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
2.1	Os Estudos Preliminares devem ser realizados e adequados para cada tipo de contratação, conforme IN nº 40/2020.	SEPAT/ENARQ
Id	Ação de Contingência	Responsável
2.2.	O processo de contratação que não contenha o estudo preliminar não deve ser aprovado, salvo as exceções disciplinadas no art. 8º da IN nº 40/2020.	SEPAT/ENARQ

RISCO 03

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
3.	Erro na especificação do objeto com chances de comprometer a finalidade da contratação.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
3.1	A necessidade de contratação deve ser bem especificada pelo setor requisitante no Documento de Formalização de Demanda. Necessário consultar contratações similares e fazer uma revisão crítica do Estudo Técnico Preliminar.	SEPAT/ENARQ
Id	Ação de Contingência	Responsável
3.2	Cancelamento/Revogação da licitação para republicação do edital.	Presidência do TRE-PI

RISCO 04

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo (x) Médio () Alto	
Id	DANO	
4.	Justificativa da contratação não é explicitada em nível de detalhe adequado, levando a dificuldade dos atores envolvidos de justificar a questionados. (ex: por cidadãos, comunidade interna, órgãos de controle etc.). Ofensa ao princípio da motivação dos atos administrativos	
Id	Ação Preventiva	Responsável
4.1	Reunião e sistematização de todas as justificativas referentes ao serviço a ser contratado no Documento de Oficialização da Demanda. As justificativas além de refletir as necessidades do TRE-PI, devem estar respaldadas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e normativos legais.	SAOF/COAAD
Id	Ação de Contingência	Responsável
4.2	Atender à solicitação de informações, fornecendo as justificativas e elucidando as dúvidas do interessado.	SAOF/COAAD

RISCO 05

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
5.	Formação de preços em desacordo com as disposições legais	
Id	Ação Preventiva	Responsável

5.1	Observar as normas quanto aos procedimentos administrativos básicos para a formação de preços de referência de tomado por base contratações de outros órgãos públicos. Os integrantes técnicos devem apresentar Mapa de Composição de Custos e manifestação com as justificativas acerca da metodologia dos custos global e unitários de referência.	SEPAT/ENARQ
Id	Ação de Contingência	Responsável
5.2.	Refazer as ações com o fito de elaboração adequada dos preços de referência e orçamentos	SEPAT/ENARQ

RISCO 06

Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
6.	Não atendimento à demanda no prazo necessário, prejudicando o andamento das atividades institucionais.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
6.1	Observar os prazos necessários para a preparação, análise e realização do processo, levando em consideração à fase de Planejamento da Contratação até a fase de execução do serviço.	SAOF/ COAAD/ SELIC/ DG
Id	Ação de Contingência	Responsável
6.2	Realizar a priorização dos processos críticos e urgentes.	Unidades pareceristas

RISCO 07

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
7.	Contratação não planejada anteriormente pela Administração, ou seja, não constante do Plano Anual de Contratações.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
7.1	Os recursos para execução advêm do encerramento das contratações vigentes abarcada por esta	COOF
Id	Ação de Contingência	Responsável
7.2	Observar se as demandas encaminhadas constam da listagem do Plano vigente. Caso não previsto, a contratação não deve ser efetivada ou, com a devida justificativa, deve-se proceder à atualização do plano com a aprovação da autoridade competente.	DG/ ASPLAN/ SAOF

RISCO 08

Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
8.	Selecionar empresas sem qualificação técnica adequada e de mão de obra não especializada na prestação dos serviços realização destes e obtenção dos resultados para a execução do objeto participando da licitação. Não obtenção do objeto contratado.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
8.1	Inclusão no edital e no termo de referência de exigências de qualificação econômica financeira e qualificação técnicas para que a empresa contratada tenha condições de executar o contrato de forma a garantir uma boa prestação de serviços	SELIC
Id	Ação de Contingência	Responsável

8.2	Análise apurada das exigências do edital. Verificação durante o processo licitatório se o licitante anexou toda documentação solicitada.	PREGOEIRO
------------	---	------------------

RISCO 09

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
9.1	Melhor proposta obtida acima do valor de referência, gerando uma licitação fracassada	
Id	Ação Preventiva	Responsável
9.2	Elaboração precisa do valor de referência utilizando-se os referenciais determinados pela legislação especialmente a IN 05/2017	SEAPT/SECOM/NF FGC
Id	Ação de Contingência	Responsável
9.3	Negociação do valor com as licitantes.	PREGOEIRO

RISCO 10

Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
10.	Não atendimento às recomendações do parecer jurídico sem justificativa, possibilitando apontamentos pelos órgãos de controle e profissionais responsabilização aos agentes públicos.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
10.1	Necessário analisar o parecer jurídico e realizar as providências e ajustes necessários para o prosseguimento do processo de contratação.	SEAPT/ENARQ/ SELIC
Id	Ação de Contingência	Responsável
10.2	Detectada alguma divergência o processo deve ser enviado para a autoridade competente para as devidas providências.	SAOF

RISCO 11

Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
11.	Indisponibilidade Orçamentária em virtude de fatores internos e externos ao TRE-PI. Cita-se por exemplo a necessidade de aditamento de contratações anteriores, contratações não previstas/ emergencias, contingenciamento ou redução de recursos orçamentários recebidos.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
11.1	Necessário verificar a disponibilidade orçamentária para a contratação do serviço, levando em consideração o prazo contratual.	COOF
Id	Ação de Contingência	Responsável
11.2	Caso a contratação seja imprescindível, analisar a possibilidade de redução de quantitativo a ser contratado ou supressão de outros contratos.	PRESIDÊNCIA

RISCO 12

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
-----------------------	------------------------------

Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
12.	Contratação de serviços que envolvam as vedações constantes no Decreto nº 9.507/2018 para execução indireta.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
12.1	Verificação prévia se o que se pretende contratar se enquadra nas vedações do Decreto nº 9.507/2018.	SEAPT/SECOM/N FFGC
Id	Ação de Contingência	Responsável
12.2	Restando dúvida, a SAOF deve solicitar ao setor requisitante a realização de diligências para a comprovação da possibilidade de execução indireta, via a contratação de manutenção e melhoria de instalações prediais	SAOF
	Ação de Contingência	Responsável
	Suspensão do processo e encaminhamento para a consulta a Presidência.	DG

(X) **Gestão do Contrato**

RISCO 13

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
13.	Falta de sistematização sobre o que deve ser verificado na fiscalização contratual. Recebimento do objeto diverso do que foi contratada	
Id	Ação Preventiva	Responsável
13.1	Estabelecimento de listas de verificação para os aceites provisório e definitivo do serviço.	NFFGC/FISCAIS TÉCNICOS
Id	Ação de Contingência	Responsável
13.2	Acompanhamento efetivo na prestação dos serviços.	FISCAIS TÉCNICOS

RISCO 14

Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
14.	Serviço prestado fora da especificação contratada e que não atenda às necessidades do TRE. Falta de capacidade técnica dos terceirizados para prestação dos serviços.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
14.1	Mitigar o risco por meio do aperfeiçoamento da especificação do objeto, com maior detalhamento da composição dos serviços a serem executados. Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço.	SEAPT/SECOM/NFFG C
Id	Ação de Contingência	Responsável
14.2	Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual ou aplicação de penalidades.	FISCAIS TÉCNICOS

RISCO 15

Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
-----------------------	--------------------------------

Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
15.	Elementos básicos do contrato não estão claros de forma uniforme para as partes do contrato, levando a diferenças de entendimento mesmas, o que pode trazer atraso na execução do serviço.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
15.1	Previsão no contrato do modelo de execução do objeto, com todas as informações relevantes necessárias, disposição de forma clara das obrigações da contratada e contratante previstas no modelo de execução do objeto.	SEAPT/SECOM/NFF GC
Id	Ação de Contingência	Responsável
15.2	Reunião, com a presença das partes interessadas, para esclarecer os pontos de divergência do contrato.	FISCAIS TÉCNICOS

RISCO 16

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
16.	Ausência de procedimentos formais de comunicação entre as partes contratantes, levando a falhas na comunicação entre as partes, e das ocorrências do contrato, causando retardo e falhas na execução do contrato.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
16.1	Incluir no Termo de Referência a definição de protocolo de comunicação entre contratante e contratada ao longo da execução contratual.	SEAPT/ENARQ/NFFG C
Id	Ação de Contingência	Responsável
16.2	Realização de Termo Aditivo no contrato para prever os mecanismos de comunicação.	FISCAIS TÉCNICOS

RISCO 17

Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
17.	Descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
17.1	Inclusão no contrato das exigências legais relativas ao cumprimento do objeto.	SELIC
Id	Ação de Contingência	Responsável
17.2	Fiscalização efetiva com mecanismos de controle adequado. Verificação e realização de diligências caso necessário. Notificação da contratada para correção de possíveis irregularidades, caso necessário, aplicação de penalidades.	FISCAIS TÉCNICOS

RISCO 18

Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
18.	A contratada não mantém a regularidade fiscal da habilitação na fase de execução contratual, levando ao pagamento de fornecedor e impossibilidade de a fazenda pública ressarcir-se de valores devidos.	

Id	Ação Preventiva	Responsável
18.1	COOF consulta no SICAFI manutenção da regularidade fiscal antes de cada pagamento e, em caso de irregularidade, executa os procedimentos pertinentes.	COOF
Id	Ação de Contingência	Responsável
18.2	Acompanhamento mensal da situação de regularidade da empresa contratada.	NFFGC/COOF

RISCO 19

Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo (x) Médio () Alto	
Id	DANO	
19.	Intempestividade no fornecimento do serviço gerando perdas financeiras e a não execução do serviço.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
19.1	Contrato contendo as sanções para os comportamentos tipificados na legislação.	SEAPT/ENARQ/GPJI/NFFG C
Id	Ação de Contingência	Responsável
19.2	Fiscalização efetiva com mecanismos de controle adequados e abertura de processo administrativo visando a aplicação de penalidades.	FISCAIS TÉCNICOS E FINANCEIROS

RISCO 20

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo (x) Médio () Alto	
Id	DANO	
20.	Os atores que devem atuar na fase de gestão do contrato (e.g., gestor, unidade requisitante, fiscal técnico, fiscal administrativo, por nomeação formal. Risco de impossibilidade de responsabilizar as partes do contrato e os agentes públicos que atuaram sem delegação	
Id	Ação Preventiva	Responsável
20.1	Indicação do fiscal de contrato pelo Setor Requisitante no Documento de Oficialização da Demanda Autoridade competente nomeia formalmente os representantes da organização que atuarão na gestão do contrato, assim como seus substitutos eventuais Exigência pelo Gestor do Contrato, após a assinatura do contrato e antes do início da execução do mesmo, a apresentação formal pela contratada do seu preposto. Esta apresentação deve ocorrer sempre que houver a substituição ou ausência temporária do preposto.	COAAD/ PRESIDÊNCIA/
Id	Ação de Contingência	Responsável
20.2.	Caso identificada a não realização das ações preventivas, proceder com urgência a designação formal dos atores envolvidos.	PRESIDÊNCIA

RISCO 21

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
21.	Fiscalização deficiente e conflito de funções na fiscalização dos contratos.	
Id	Ação Preventiva	Responsável

21.1	Oferecimento de capacitação aos gestores e fiscais dos contratos.	SAOF/COEDE
Id	Ação de Contingência	Responsável
21.2.	Utilização de manuais e instrumento de orientação aos fiscais.	NFFGC

RISCO 22

Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
22.	Ausência de procedimentos padronizados para condução dos processos administrativos para a apuração de descumprimentos contratuais ocorrência de falhas processuais e administrativas e descumprimento dos princípios do devido processo legal e do contraditório.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
22.1	Normatização e padronização pela autoridade competente sobre a condução do processo administrativo para os fins de apuração de descumprimento contratual e aplicação de penalidades.	SAOF/ SJ/ DG/ CORTE
Id	Ação de Contingência	Responsável
22.2.	Realização de processo administrativo com observância as normas e dispositivos legais vigentes.	NFFGC

RISCO 23

Probabilidade:	() Baixa () Média (x) Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
23.	Atrasos na instalação dos postos de serviços.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
23.1	Exercer monitoramento e controle da instalação dos postos e registrar ocorrências. Solicitar mudanças no projeto no que diz respeito a prazos.	NFFGC
Id	Ação de Contingência	Responsável
23.2	Aplicar as penalidades contratuais.	NFFGC/PRESIDÊNCIA

RISCO 24

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo (x) Médio () Alto	
Id	DANDO	
24.	Deixar de acompanhar frequentemente a execução dos serviços.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
24.2.	Designar equipe de servidores com conhecimento técnico para a execução do serviço	PRESIDÊNCIA
Id	Ação de Contingência	Responsável
24.3	Utilização de manuais e instrumento de orientação aos fiscais. Capacitar os servidores responsáveis pela fiscalização técnica.	NFFGC

RISCO 25

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alto	
Id	DANO	
25.	Promover pagamentos sem a apresentação de comprovação dos serviços executados, não só no tocante ao fornecimento da mão de obra.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
25.1	Promover treinamento do pessoal de fiscalização, acompanhar, monitorar e controlar execução. Verificar medições antes do pagamento	SAOF/NFFGC
Id	Ação de Contingência	Responsável
25.2.	Avaliação criteriosa do gestor do contrato quando da liberação das notas fiscais para pagamento.	NFFGC

RISCO 26

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	(x) Baixo () Médio () Alto	
Id	DANO	
26.	Manter quadro de servidores insuficientes à fiscalização dos serviços	
Id	Ação Preventiva	Responsável
26.1	Contratar mão de obra terceirizada	SAOF/ DG/ PRESIDÊNCIA
Id	Ação de Contingência	Responsável
26.2	Designar servidores, com conhecimento técnico, para auxiliar no processo de fiscalização	PRESIDÊNCIA

RISCO 27

Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo (x) Médio () Alto	
Id	DANO	
27.	Não apresentação de garantias; Apresentação de garantias que não cobrem inadimplência com obrigações trabalhistas e previdenciária terceiros.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
27.1	Exigir, no tempo apropriado, garantias de execução contratual para cobertura de despesa pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e prejuízos a terceiros.	NFFGC/ FISCAL DA GARANTIA
Id	Ação de Contingência	Responsável
27.2	Apuração e penalidade.	NFFGC/ FISCAL DA GARANTIA

Em 24 de junho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Amorim Coelho**, Analista Judiciário, em 27/06/2025, às 08:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002442577** e o código CRC **62051C45**.

0005074-13.2025.6.18.8000

0002442577v5



--